



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291506-2  
COMARCA: 16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL  
APELANTE: MICHELINE VERNA  
APELADO: BANCO ITAÚ S.A.  
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO E ANULAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DEPÓSITO CONSIGNATÓRIO – JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 596 DO STF – REGIME DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS – SPREAD BANCÁRIO NÃO SE CONFUNDE COM OS LUCROS DOS BANCOS – LIBERDADE DA TAXA DE JUROS – RESPEITO ÀS TAXAS E TARIFAS CONTRATADAS – APELO PARCIALMENTE PROVIDO – UNANIMIDADE.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Cível nº 0291506-2**, em que figuram como Apelante **MICHELINE VERNA** e como Apelado **BANCO ITAÚ S.A.**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam da seguinte forma: ***“Por unanimidade, deu-se parcial provimento ao apelo, apenas para deferir o benefício da justiça gratuita, nos termos dos votos da Turma”***. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.

  
Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



128 ✓

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291506-2**

**APELANTE: MICHELINE VERNA**

**ADV: JOSÉ PESSOA LINS JÚNIOR PE026290**

**APELADO: BANCO ITAU S/A**

**ADV:**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

<b>RELATÓRIO</b>
------------------

**Ação:** Cuida-se de Ação Ordinária com pedido de Revisão e Anulação de Cláusulas Contratuais c/c Repetição de Indébito e Depósito Consignatório.

**Sentença Recorrida:** A Decisão de fl. 93 julgou extinto o processo sem resolução do mérito com arrimo no art. 267, incisos I do Código de Processo Civil. Custas satisfeitas.

**Objeto:** Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada fls. (97/117).

**Razões recursais:** Reitera a necessidade da retirada do contrato do percentual de inadimplência do cálculo do spread bancário da instituição financeira. Requer, ainda, o deferimento da gratuidade judiciária.

**Contra-razões:** Inexistentes.

**É o que importa relatar.**

**Sem revisão, conforme o Art. 76, parágrafo único do RITJPE.**

Recife, 13 de

de

2012

**Des. José Carlos Patriota Malta**

Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291506-2**

**APELANTE: MICHELINE VERNA**

**ADV: JOSÉ PESSOA LINS JÚNIOR PE026290**

**APELADO: BANCO ITAU S/A**

**ADV:**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO DO RELATOR**

Inicialmente, defiro o pedido de justiça gratuita postulado pela parte autora/apelante, sendo oportuno explicitar o posicionamento do STJ sobre o tema:

**PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. ÔNUS DA PARTE ADVERSA .** 1. Para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de ser necessitado na forma da lei. 2. A declaração assim prestada firma em favor do requerente a presunção relativa de pobreza, cabendo à parte adversa o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento do estado de miserabilidade. Precedente: AgRg no MS 15.282/DF, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe 2.9.2010. 3. Recurso especial provido. (REsp 1199970/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2010, DJe 25/10/2010)

Acerca do cerne recursal cumpre mais uma vez salientar que o Superior Tribunal de Justiça, com supedâneo do artigo 543-C do Código de Processo Civil e considerando a multiplicidade de recursos relacionados a direito bancário, especialmente no que diz respeito a *i)* juros remuneratórios, *ii)* capitalização de juros, *iii)* mora, *iv)* comissão de permanência, *v)* inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito e *vi)* disposições de ofício no âmbito de julgamento da apelação acerca de questões não devolvidas ao Tribunal, instaurou incidente de processo repetitivo, sendo escolhido, como representativo, o Recurso Especial nº 1.061.530/RS.

No julgamento mencionado ficou consignado que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação de juros remuneratórios imposta pelo Decreto nº 22.626/33 -Lei da Usura -, orientação esta que também encontra respaldo no Supremo Tribunal Federal, consoante se depreende da **Súmula 596**:

**"As disposições do Decreto n. 22.626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

**cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional".**

Em razão disso, a revisão pelo Poder Judiciário da cláusula que estabeleça juros remuneratórios somente deve ocorrer em situações reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor e evidentemente abusivas, o que se mede em cada caso específico.

Relativamente ao regime da capitalização dos juros, admite-se a capitalização mensal dos juros quando o contrato for posterior à Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, sucessivamente reeditada até a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, em vigor pelo artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.

Cita-se o seguinte precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

**"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE. MP 2170-36. PRECEDENTES. Possível, nos contratos celebrados após 31.03.2000, a pactuação de juros capitalizados em período inferior a um ano, conforme entendimento firmado no julgamento do REsp. n. 602.068/RS. Embargos de divergência conhecidos e providos. (EResp 598.155/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.06.2005, DJ 31.08.2005 p. 175)"**

Vale ressaltar, que o "spread bancário", combatido pela parte apelante, não se confunde com os lucros dos bancos, sendo que da diferença entre as taxas de captação e as finais são ainda deduzidas despesas operacionais, as quais dizem respeito à organização interna das instituições financeiras. E, sobre o percentual de inadimplência, considerado no cálculo do "spread bancário", o mesmo é inerente à atividade lucrativa dos bancos.

Assevero que a pretensão do apelante, qual seja, a exclusão do percentual de inadimplência da composição do spread bancário não pode ser alcançada perante o nosso atual ordenamento jurídico, uma vez que no Brasil a taxa de juros reais é livre, regulada pelas contingências do mercado financeiro e a saúde econômica do país.

No mesmo sentido colaciono a seguinte jurisprudência:

**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. EXCLUSÃO DO PERCENTUAL DE INADIMPLÊNCIA**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

(SPREAD BANCÁRIO). NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.- O percentual de spread bancário diz respeito à regulação do mercado financeiro com exclusiva intervenção do BACEN, a teor do contido na Lei nº 4595/64.4595- No caso dos autos, o autor não se desincumbiu de demonstrar que o spread bancário praticado na operação estava em desconformidade com a taxa média praticada. (2690464 PE 0006536-62.2012.8.17.0000, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 22/05/2012, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 103)

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. CDC. REVISÃO CONTRATUAL. CONSIGNATÓRIA. SPREAD BANCÁRIO. PERCENTUAL DE INADIMPLÊNCIA. DEFINIÇÃO DE TAXAS DE MERCADO PELO PODER JUDICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.CDC1. Insurge-se o Agravante contra a decisão terminativa que negou seguimento à apelação interposta, tendo em vista manifesta contrariedade diante da jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal de Justiça.2. Spread bancário. Percentual de inadimplência. Análise e revisão. Não compete ao Poder Judiciário a análise dos métodos adotados pelas instituições financeiras para alcançarem as disposições que serão aplicadas aos seus negócios jurídicos, nem tampouco como se chegou às taxas aplicadas nos cálculos do financiamento. Concentra-se, assim, na apreciação se eles são válidos perante o ordenamento jurídico vigente.3. No caso, não há como avaliar os juros aplicados pelo apelado, se compatíveis ou não com os adotados no mercado, tendo em vista a ausência de informações específicas na peça inaugural. Ademais, a lucratividade advinda das operações de crédito é inerente à natureza do negócio, cabendo aos reguladores do mercado financeiro combatê-las ou limitá-las. Manutenção, in totum, da sentença.4. Recurso improvido. Decisão unânime.(2423554 PE 0021340-69.2011.8.17.0000, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 15/12/2011, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 06)

À vista destes recentes e precisos julgados, conclui-se que a abusividade da cobrança das taxas somente se revela quando a instituição financeira utiliza o direito de cobrá-las e supervaloriza os custos administrativos da operação, agindo de maneira ardilosa para distorcer a finalidade dessas taxas e assim obter lucros exorbitantes.



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

Por consequência, as taxas/tarifas bancárias nos termos em que contratadas devem ser respeitadas, bem como a precisa decisão do togado singular.

Assim, por conta dessa soma de razões, **VOTO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO**, apenas para deferir o benefício da justiça gratuita pleiteado pela parte autora/apelante, mantendo-se, no mais, Intocada a sentença vergastada.

**É COMO VOTO.**

*Recide 19/03/2013*  
*[Assinatura]*